



Permitir dignidade para todas as pessoas

Esta campanha global visa reunir 1000 governos locais e regionais (GLR) de todo o mundo até 2030 para fortalecer o movimento global de Cidades e Territórios de Direitos Humanos. A campanha foi lançada pela Co-Presidência da Comissão de Inclusão Social, Democracia Participativa e Direitos Humanos da CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos) e com o apoio de outros membros ativos do Comissão.

O que é uma Cidade ou Território de Direitos Humanos?

"Uma Cidade de Direitos Humanos é tanto uma comunidade local quanto um processo sociopolítico num contexto local no qual os direitos humanos desempenham um papel fundamental como valores fundamentais e princípios orientadores".

Declaração de Gwangju sobre as Cidades de Direitos Humanos,
Foro Mundial de Cidades de Direitos Humanos, 2011

A nível internacional, a ratificação dos direitos humanos tem sido uma conquista-chave do século passado para um mundo de paz e progresso social para todos. Desde então, nosso mundo tornou-se globalizado e urbanizado, **o que levou os governos locais e regionais a se tornarem lugares essenciais para a promoção e o cumprimento dos direitos humanos.**

A implementação da lei internacional de direitos humanos é tanto uma responsabilidade dos governos locais e regionais quanto uma oportunidade de agir em nome de seus habitantes, de responder às suas necessidades e aspirações e de garantir dignidade para todos. Nos últimos anos, vários GLR em todo o mundo empreenderam iniciativas **para tornar os direitos humanos tangíveis e acessíveis aos seus habitantes.** Eles o fizeram através de ações locais contra a discriminação e as desigualdades, garantindo o acesso a serviços essenciais como moradia, acesso à água, saúde pública, segurança alimentar e educação.

Desde as menores vilas rurais até as maiores metrópoles, **cada cidade e território conta para garantir a proteção e promoção dos direitos humanos, bem como para contribuir ativamente para o avanço dos direitos humanos globalmente.**

Tornar-se uma Cidade/Território de Direitos Humanos representa **um compromisso para melhorar as condições de vida de todos os habitantes** e também para **definir novas modalidades de ação pública,** reforçando o papel dos GLRs na construção de sociedades inclusivas, resistentes e pacíficas, e reconhecendo as necessidades de grupos específicos (crianças, mulheres, idosos, minorias étnicas, pessoas com deficiência, etc.).

Através da adoção de cartas locais de direitos humanos, do estabelecimento de ouvidorias, comissários locais de direitos humanos, da criação de escritórios para a não-discriminação e da promoção de uma cultura de direitos humanos, os GLRs estão liderando novas perspectivas sobre a visão das "Cidades e Territórios de Direitos Humanos". Ao fazer isso, eles nos lembram da **importância dos serviços públicos** para não deixar ninguém e em nenhum lugar para trás.

Ao promover os direitos humanos como um **vetor de transformação e empoderamento** para renovar o contrato sócio-territorial com as comunidades locais, as cidades e os territórios para os direitos humanos também **reivindicam a importância da democracia**. Isto inclui a necessidade de fomentar a participação dos habitantes, assim como a colaboração com a sociedade civil e suas organizações.

A relevância destas características sociais e democráticas foi reforçada ainda mais através do "Direito à Cidade". Este conceito mencionado na Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat e adotado pela CGLU no Congresso de Bogotá em 2016 **trouxe uma nova dimensão territorializada aos direitos humanos**. Ao articular direitos individuais, direitos coletivos e o interesse geral, "*o Direito à Cidade é o direito de todos os habitantes, presentes e futuros, permanentes e temporários, de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar de cidades, vilas e assentamentos humanos justos, inclusivos, seguros e sustentáveis, definidos como bens comuns essenciais para uma vida plena e decente*". (Plataforma Global pelo Direito à Cidade).

Principais marcos do movimento das Cidades de Direitos Humanos

Antes 2012	Adoção de várias declarações e cartas locais (Barcelona, Cidade do México, Gwangju, Montreal, Nova Iorque, Rosário, Saint-Denis, São Francisco, Viena...)
2012	Carta-Agenda Mundial para os Direitos Humanos na Cidade da CGLU
2013	Primeira resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre "o papel dos governos locais na promoção e proteção dos direitos humanos"
2014	Princípios Orientadores de Gwangju para uma Cidade de Direitos Humanos no Fórum Mundial das Cidades de Direitos Humanos em Gwangju (WHRCF)
2016	Reconhecimento do "Direito à Cidade" pela CGLU e menção na Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat
2018	Celebração do 20º aniversário da Carta Europeia dos Direitos Humanos na cidade, do 25º aniversário da Declaração de Viena e do 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos
2019	Primeira reunião entre o Alto Comissário Adjunto da ONU e 15 representantes do governo local em Genebra
2020	Primeiro diálogo de alto nível entre a CGLU e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OACDH) por ocasião do WHRCF
2021	Assinatura de uma carta de acordo de cooperação entre a CGLU e a OACDH
2022	Lançamento da campanha internacional "10, 100, 1000 Cidades e Territórios de Direitos Humanos para 2030" (10,100,1000CeTDH)
2023	Lançamento do processo de atualização da Carta-Agenda Mundial para os Direitos Humanos na Cidade da CGLU e da Segunda Onda da 10,100,1000CeTDH

Por que lançar uma campanha global de Cidades e Territórios de Direitos Humanos?

Objetivo 1	Conectar iniciativas locais ao nível internacional para promover solidariedade, cooperação e diálogo entre cidades e territórios de direitos humanos em diferentes regiões do mundo.
Objetivo 2	Fortalecer e expandir o movimento global de Cidades e Territórios de Direitos Humanos.
Objetivo 3	Expandir as ações locais de direitos humanos para aumentar o reconhecimento e a participação dos governos locais e regionais nas agendas globais e nos mecanismos de direitos humanos, inclusive em nível da ONU.
Objetivo 4	Incentivar os governos locais e regionais a iniciar processos de adoção e reconhecimento das estruturas locais de direitos humanos para orientar a ação local.

A campanha segue a assinatura de um acordo histórico de parceria entre a CGLU e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OACDH) em 2021.

A primeira etapa da campanha é reunir 100 cidades e territórios trabalhando ou dispostos a trabalhar em questões de direitos humanos no âmbito do [Congresso da CGLU em Daejeon](#) e durante o [Fórum Mundial das Cidades de Direitos Humanos em Gwangju](#) (10 - 14 de outubro de 2022, República da Coreia), um ano após a assinatura do acordo com a OACDH.

La campanha também está ligada a dois outros processos iniciados pela Comissão de Inclusão Social, Democracia Participativa e Direitos Humanos (CISDPDH). A primeira é a **atualização da Carta-Agenda Mundial da CGLU para os Direitos Humanos na Cidade**, adotada em 2012. A segunda é o **lançamento de uma ferramenta aberta de aprendizagem on-line (MOOC) sobre "Governos Locais e Direitos Humanos"**. Isto tem como objetivo treinar funcionários públicos e atores relevantes. Para maiores informações sobre estes processos, contatar a Secretaria da Comissão de Inclusão Social, Democracia Participativa e Direitos Humanos da CGLU: cisdpc1@uclg.org

¿Por que integrar os direitos humanos à ação local?

Os direitos humanos são tanto um desafio quanto um meio para alcançar um mundo justo, democrático e sustentável diante de crises econômicas, sociais, políticas e ecológicas sistêmicas. Ao nível internacional, os direitos humanos estão no centro da Nova Agenda Urbana e da Agenda das Nações Unidas para 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam "[realizar os direitos humanos para todos](#)".

Os GLR que integraram os direitos humanos em sua ação local têm sido mais resilientes à crise da COVID-19, por exemplo, assegurando a proteção das mulheres vítimas de violência, facilitando o acesso à vacinação para migrantes e o acesso à educação, mais assim promovendo o cuidado e a solidariedade para com as pessoas mais vulneráveis.

Os direitos humanos também são uma fonte de inspiração para a inclusão social e a inovação: eles abrem novos campos de ação para responder às demandas e realidades locais. Estas áreas vão desde o diálogo intercultural, paz e proteção dos habitantes da repressão estatal até a ação climática, independência energética e direitos digitais. Os direitos humanos se tornaram o valor agregado que permite às administrações locais se afirmarem como atores políticos, como governos locais que atendem às demandas e acompanham as aspirações de seus habitantes.

Os direitos humanos fornecem uma estrutura para o reconhecimento de iniciativas e práticas inovadoras do governo local. A associação de práticas inovadoras aos valores e leis internacionais de direitos humanos contribui para sua legitimação, padronização e institucionalização. A institucionalização facilita a disseminação dessas práticas em outros contextos e em diferentes escalas de governança, ao mesmo tempo em que abre caminhos para a reflexão sobre a sustentabilidade da ação local e sobre o tipo de legado que os GLRs estão dispostos a preparar para seus habitantes no futuro.

Como participar da campanha?

Os governos locais ou regionais que desejarem aderir à campanha são convidados a preencher o formulário anexo e enviá-lo à Secretaria da CISDPDH: cisd1@uclg.org

A campanha está aberta a governos locais e regionais de todo o mundo, de todos os tamanhos, de todas as jurisdições, e ambos experientes e dispostos a se comprometerem com os direitos humanos.



CGLU
Comisión

Inclusión Social,
Democracia Participativa
y Derechos Humanos



JUNTE-SE À CAMPANHA!

FORMULÁRIO

1- Informações

País:

Nome do governo local:

Tipo de governo local:

- Cidade/Território
- Região
- Provincia
- Distrito
- MetrÓpoli
- Otro:

Número de habitantes:

Nome do chefe do governo local (prefeito; presidente; governador; etc.)
(prefeito; presidente; presidente; governador; etc.)

Prazo de mandato:

Nome do referente nomeado:

2- Sua visão como Cidade ou Território de Direitos Humanos

*Por que os direitos humanos são significativos para seu governo local?
Qual deve ser o papel dos governos locais e regionais na promoção, cumprimento e respeito aos direitos humanos?
(700 palavras no máximo)*

3. Principais áreas temáticas

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Acessibilidade | <input type="checkbox"/> Jovens e crianças |
| <input type="checkbox"/> Anti-racismo | <input type="checkbox"/> Memória histórica, cultura de paz e segurança |
| <input type="checkbox"/> Clima y meio ambiente | <input type="checkbox"/> Moradia |
| <input type="checkbox"/> Cultura y direitos culturais | <input type="checkbox"/> Mulheres |
| <input type="checkbox"/> Democracia participativa | <input type="checkbox"/> Não-discriminação e combate à xenofobia |
| <input type="checkbox"/> Direito à alimentação e segurança alimentar | <input type="checkbox"/> Prestação de contas e transparência |
| <input type="checkbox"/> Direito à educação | <input type="checkbox"/> Serviços básicos (direitos à água, saneamento...) |
| <input type="checkbox"/> Educação sobre direitos humanos | <input type="checkbox"/> Saúde pública |
| <input type="checkbox"/> Igualdade e a luta contra a pobreza | <input type="checkbox"/> Outros : |
| <input type="checkbox"/> Inclusão de grupos marginalizados (migrantes, sem-teto, pessoas de diversas orientações sexuais, etc.) | |

4. Motivações para aderir à campanha

(100-200 palavras)

5. Leis, mecanismos, políticas e programas locais (opcional)

Liste 3 exemplos de ações realizadas em diferentes áreas por seus governos locais ou regionais que estão contribuindo para a promoção, proteção e cumprimento dos direitos humanos (50 palavras para cada exemplo, links web podem ser anexados).

6. Declaração de Compromisso

Eu, **NOME e POSIÇÃO**, como representante da **cidade/território do NOME**, gostaria de apoiar e aderir à campanha. Através desta declaração, a **cidade/território de NOME** reconhece seu compromisso com o avanço dos direitos humanos em nível local, e com a promoção do papel dos governos locais e regionais como o nível mais próximo ao povo na proteção e cumprimento destes direitos e na participação no movimento internacional de "Cidades e Territórios de Direitos Humanos".

Lugar, Data

Assinatura